SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX n° 5930 – 05 novembro de 2018

Se ativismo virar crime, quem lutará por seus direitos?

O Brasil elegeu um novo presidente, que já declarou que vai colocar "ponto final em todo tipo de ativismo". Mas o que será da população brasileira se o ativismo virar crime? O que será dos trabalhadores? Como ficarão seus direitos?

A história da humanidade nos mostra que nenhum avanço rumo à civilização, ou seja, nenhum passo em direção à ampliação de direitos, ao respeito às diferenças e a uma sociedade mais justa ocorreu sem ativismos.

Os bancários usufruem de muitos frutos do ativismo. A organização da categoria em sindicatos, mobilização em protestos e greves resultaram em uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que é válida em todo o país; em aumentos reais consecutivos; na jornada de seis horas e no não trabalho aos sábados.

Os bancários também foram a primeira categoria a conquistar o direito de receber parte do lucro das empresas, a PLR.

Também foi a coragem de inconformados, que para muitos custou a vida inclusive, que fizeram o Brasil retomar sua democracia em 1985, após 20 anos de um regime militar que prendia, torturava e assassinava seus opositores políticos.

Entidades apresentam denúncia ao Ministério Público contra resoluções CGPAR

Na última quarta-feira (26), as entidades representativas dos trabalhadores das estatais federais apresentaram denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) contra as resoluções CGPAR (Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) e seus impactos negativos nas autogestões de saúde. A denúncia foi entregue ao procurador-geral do Trabalho em exercício, Luis Eduardo Guimarães Bojart e será encaminhada à Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

A denúncia aponta uma série de incoerências e infrações contidas na resolução CGPAR nº 23, tais como o desrespeito à livre negociação coletiva e à legislação setorial, a violação de direitos adquiridos, ausência de competência do Poder Executivo para legislar, entre outros pontos.

Se as medidas propostas pelo governo federal forem implementadas, os programas de saúde das estatais serão encarecidos e se tornarão excludentes. Entre outros pontos, as resoluções determinam a proibição da adesão de novos contratados, a restrição do acesso a aposentados, cobranças por faixa etária, carências e franquias e, principalmente, a redução da participação das estatais no custeio da assistência médica.

No dia 28 de agosto, as entidades participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), na Câmara dos Deputados, onde o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 956/2018 aguarda a nomeação de um relator. O projeto propõe a sustação da resolução nº 23 da CGPAR.

Bradesco lucra R$ 15,7 bilhões no 3º trimestre de 2018

O Bradesco lucrou R$ 15,7 bilhões no 3º trimestre de 2018, um crescimento de 11,1%, em relação ao mesmo período de 2017 e de 6,0% na comparação ao trimestre anterior. O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado (ROE) ficou em 18,7%, com aumento de 0,6 p.p. em doze meses.

Em contrapartida, a holding encerrou o 3º trimestre de 2018 com 98.159 empregados, o que representa uma redução de 2.529 postos de trabalho em doze meses, ainda em função do Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), divulgado em 2017. Em doze meses, foram fechadas 193 agências e 35 postos de atendimento (PA).